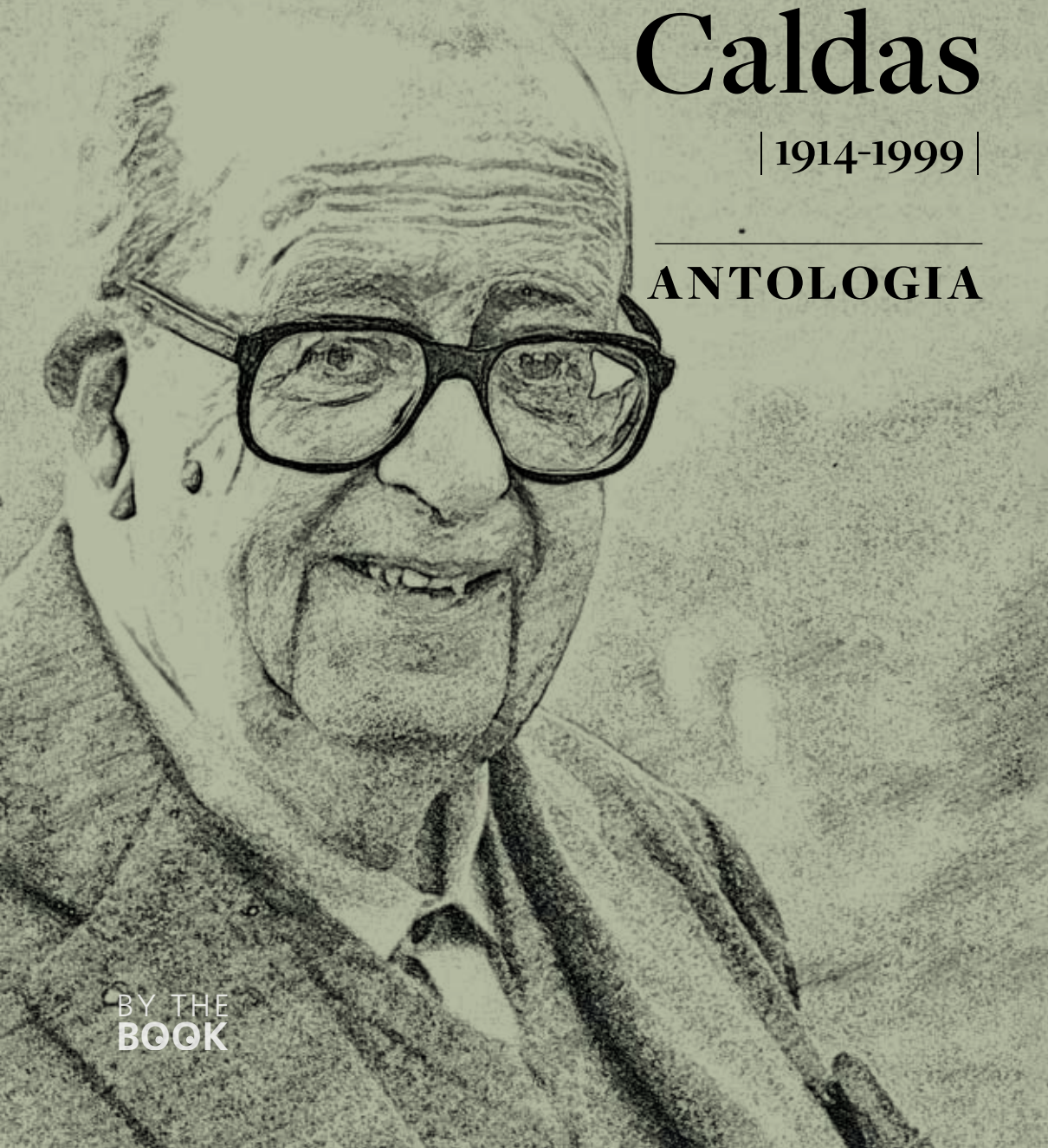


Eugénio de Castro Caldas

| 1914-1999 |

ANTOLOGIA



BY THE
BOOK

Eugénio de Castro Caldas

(1914-1999)

ANTOLOGIA

JOÃO DE CASTRO CALDAS
FERNANDO OLIVEIRA BAPTISTA
(ORG.)

BY THE
BQOK

©EDIÇÃO

By the Book, Edições Especiais

TÍTULO

Eugénio de Castro Caldas (1914-1999)
Antologia

©TEXTO

Eugénio de Castro Caldas
Fernando Oliveira Baptista
João de Castro Caldas

REVISÃO

Isabel Costa

EDIÇÃO DE IMAGEM

Maria João de Moraes Palmeiro

DESIGN

Veronique Pipa

**COORDENAÇÃO EDITORIAL
E PRODUÇÃO**

Ana de Albuquerque
Maria João de Paiva Brandão

IMPRESSÃO

Europress

ISBN

978-989-36715-7-3

DEPÓSITO LEGAL

566 014/26

BY THE
BOOK

Edições Especiais, lda
Rua das Pedreiras, 16-4.º
1400-271 Lisboa
T. + F. (+351) 213 610 997
www.bythebook.pt

APOIO

**7 I. UM PERCURSO****13 II. AUTOBIOGRAFIA
POR MÃO ALHEIA**

29 A adolescência

37 Estudante de Agronomia

51 Estágio para agrónomo.
O Inquérito à Habitação Rural

58 A Junta de Colonização Interna

65 A Direcção Geral dos Serviços
Agrícolas e a Comissão Reguladora
do Comércio do Arroz

69 Professor do Instituto Superior
de Agronomia

75 Intervenção pública e cargos
que exerceu (1952-1968)

117 O Centro de Estudos de Economia
Agrária da Fundação Calouste
Gulbenkian

129 Os Planos de Fomento e a Câmara
Corporativa (1953-1968)

151 A “Primavera Marcelista” (1968-1974)

171 A Quinta da Andorinha

177 Palestras e escritos (1974-1984)

191 Professor jubilado (1984-1999)

219 III. ANTOLOGIA

219 As Serras do Alto Minho

223 Aspectos do Habitat Rural na Mancha
Pliocénica ao Sul do Tejo

233 O problema sociológico das formas
de exploração da propriedade rústica
em Portugal

240 Problemas da Agricultura na Política
de fomento nacional

260 Problemas da Deontologia Agronómica

275 Problemas da Sociologia Rural

294 Industrialização e Agricultura

376 Aspectos da Resistência ao
Desenvolvimento na Agricultura

385 A agricultura no III Plano de Fomento

403 Parecer n.º 9/X (protecção da Natureza
e dos seus recursos) Actas da Câmara
Corporativa n.º 30 X Legislatura – 1970
21 de Março

432 Perspectivas sociológicas do
Cooperativismo numa Agricultura
em Transformação

446 A mentalidade do agricultor
e a participação numa agricultura
em desenvolvimento

458 O drama da campanha do eucalipto

470 Transcrição do manuscrito que
serviu de suporte à intervenção do
professor Eugénio de Castro Caldas
na homenagem promovida pela Escola
Superior Agrária de Ponte de Lima
a 15 de Junho de 1996

I. UM PERCURSO

FERNANDO OLIVEIRA BAPTISTA

Eugénio de Castro Caldas entrou, como aluno, para o Instituto Superior de Agronomia (ISA) no ano lectivo de 1933/34. Viria a terminar a parte escolar do curso de engenheiro agrónomo em 1939, finalizando-o, dois anos mais tarde, com a entrega do Relatório Final que, então, era exigido para concluir a formação.

Estes anos foram marcados no ISA por um grande desenvolvimento dos estudos económicos e sociais sobre a agricultura e o mundo rural, o que se deveu à iniciativa e ao empenho do professor Eduardo Lima Basto, desde que, em 1931, foi nomeado professor de Economia Rural, até 1942, ano do seu falecimento. Os trabalhos que desenvolveu foram possibilitados pela promoção de estudos e inquéritos a “vários problemas do fomento nacional”¹, efectuada pela então existente Universidade Técnica de Lisboa. A Lima Basto veio a caber a coordenação e organização de dois destes trabalhos: o *Inquérito Económico-Agrícola* e o *Inquérito à Habitação Rural*. Foram estudos de grande envergadura e importância, tanto pelo modo como foram conduzidos, como, sobretudo, pelos resultados que foram obtidos e publicados².

Numa breve síntese, podem enunciar-se os grandes objetivos e a linha de orientação destes trabalhos. Primeiro os objetivos: os do *Inquérito Económico-Agrícola* eram analisar a economia da agricultura portuguesa e as condições técnicas e sociais em que era praticada; no *Inquérito à Habitação Rural*, tratava-se de “conhecer nas suas pequenas minúcias como se vive no campo, o que às vezes equivale a averiguar como ali se morre”; a população a inquirir eram os grupos sociais subalternos (trabalhadores temporários e permanentes, e pequenos agricultores por conta própria, rendeiros ou parceiros que vivessem da agricultura). De notar que, sobre este último tema, Lima Basto

¹ Cf. João Castro Caldas, Os Inquéritos da Universidade Técnica de Lisboa, em *Inquérito à Habitação Rural*, 3.º volume, Lisboa, 2012, pp. 11-16.

² Do *Inquérito Económico-Agrícola* foram publicados, nos anos 30, quatro volumes. Do *Inquérito à Habitação Rural* editaram-se três volumes: em 1942, 1947 e, em 2012, um terceiro sobre o Sul do país, cuja publicação não tinha sido possível durante o Estado Novo.

já anteriormente tinha publicado um estudo dedicado ao “operário agrícola português”³. Cabe ainda referir, a propósito da situação dos pequenos rendeiros e parceiros, a sua preocupação com as condições que lhes eram impostas para o acesso à terra que cultivavam, tendo mesmo elaborado uma teoria da renda justa, que visava estimar o montante de renda da terra que era economicamente aceitável e que não configurava – como acontecia na maior parte dos casos – uma exploração brutal dos parceiros e rendeiros. Desta teoria já dava conta no *Inquérito Económico-Agrícola* mas veio depois a ser publicada de modo autónomo⁴.

Na realização destes inquéritos seguiram-se duas grandes orientações. A primeira relativa à informação a utilizar: recorrer aos elementos estatísticos e administrativos mas, sobretudo, inquirir diretamente a realidade, nomeadamente nos aspetos em que a informação disponível se revelava inexistente ou insuficiente como era o caso das condições de vida e de trabalho. Estas orientações acabaram também por se impor na realização de muitos dos Relatórios Finais de curso que foram realizados no ISA na década de 40 e estenderam-se também ao trabalho de algumas instituições do Estado que se ocupavam de assuntos agrícolas e rurais, como era o caso da Junta de Colonização Interna.

O segundo eixo pode enunciar-se com simplicidade: conhecer a realidade mas, também, propor vias que possibilitassem soluções. Assim, do *Inquérito à Habitação Rural*, esperavam-se indicações que permitissem a engenheiros e arquitetos encontrar soluções que melhorassem as condições de vida das populações. Já no *Inquérito Económico-Agrícola*, Lima Basto indicava, na última parte do 4.º volume, reflexões para se poder avançar pelo “caminho do progresso” que, como também nota – citando um autor alemão – depende de três dimensões: a Técnica, o Sistema Económico e o Estado. “A Técnica demonstra se alguma coisa é possível, a Economia se vale a pena e o Estado, como árbitro, determina se os meios e os fins estão em harmonia com os interesses de toda a comunidade”.

Foi com este panorama que se confrontou Castro Caldas, conservador, católico e de uma família ligada a um grande património fundiário, nos Arcos de Valdevez. Manteve também, desde a década de 50 até 1974, uma convivência política e institucional com o poder do Estado Novo, marcada por

uma colaboração constante com entidades públicas e pela participação em órgãos do Estado. Assim era e assim se manteve toda a sua vida ativa, o que não o impediu de se abrir ao conhecimento da realidade social da agricultura e do mundo rural, nem de incorporar no seu percurso “o caminho do progresso” que sintetizara Lima Basto, de quem, muitas décadas depois, se reconheceria discípulo. A herança do “caminho do progresso” viria a emergir, com nitidez, nos anos 50 e 60. Antes, sobretudo no período em que trabalhou diretamente com Lima Basto como estagiário e no *Inquérito à Habitação Rural*, Castro Caldas centrou-se na “descoberta” e na análise da realidade agrícola e rural. Passada a fase de maior proximidade com Lima Basto, ainda trabalhou nalgumas instituições públicas dedicadas à agricultura, antes de, em 1946, ingressar como professor no ISA.

Foram anos em que percorreu o país, realizou numerosos inquéritos e constatou diretamente a precariedade das condições de vida dos trabalhadores agrícolas e de pequenos agricultores, em particular quando eram rendeiros ou parceiros. Foi também sobre as condições de acesso à terra por parte dos agricultores que realizou o seu relatório final de curso com um estudo de caso em Arcos de Valdevez. Voltaria a este tema, com maior ambição e profundidade, num trabalho relevante que viria a ser publicado em 1947 – *Formas de exploração da propriedade rústica* – e que, de algum modo, marca o termo da primeira fase da sua vida profissional.

Os anos de maior fulgor intelectual foram também aqueles em que a sua colaboração com o Estado Novo foi mais intensa. Desde que consolidara a sua situação no ISA, foi aprofundando e divulgando, em numerosos artigos, palestras e conferências, as suas reflexões sobre a agricultura e o mundo rural, diagnosticando o que havia a corrigir. Paralelamente, intensificou a sua colaboração com diversos organismos do Estado e a sua participação em grupos oficiais encarregues de pensar e propor medidas para a agricultura. O referencial intelectual deste período veio a ser marcado, sobretudo, pela acção e pensamento de Ferreira Dias em defesa da industrialização do país.

Foi neste contexto que publicou em 1957 um artigo notável – *Industrialização e Agricultura* – em que defendia a modernização tecnológica das explorações agrícolas associada a uma mais acentuada relação com o mercado. O avanço desta via exigia, para ser económica e socialmente eficaz, uma intervenção do Estado na estrutura agrária para se obterem explorações de “superfície média”, “por aglutinação das explorações de área reduzida e por parcelamento das explorações do tipo “latifundiário”. Estas unidades

³ Eduardo A. Lima Basto, *Níveis de vida e custo de vida. O caso do operário agrícola português*, Lisboa, 1935.

⁴ Eduardo A. Lima Basto, *A propriedade rústica*, Lisboa, 1942.

constituíam uma estrutura de unidades agrícolas familiares modernizadas, que obteriam elevadas produções e produtividades e que assegurariam, aos que nelas trabalhavam, rendimentos que lhes permitiriam vidas desafogadas. A natureza familiar deste projecto assentava na ideia, constantemente reafirmada, nestes anos, por Castro Caldas, de que a família era, por excelência, a “unidade orgânica da sociedade” e a sua garantia mais segura de estabilidade. Os fundamentos intelectuais da proposta expressa neste artigo, encontravam também, neste período, suporte noutros trabalhos seus, nomeadamente no estudo de uma gestão moderna para as explorações agrícolas (*Gestão da empresa agrícola*, Lisboa, 1959) e na argumentação sobre os méritos da família na produção agrícola (*Modernização da agricultura. Conferências, palestras e artigos*, Lisboa, 1960).

Este projecto foi a base da proposta que integrou, em 1958, no Relatório preparatório do II Plano de Fomento, de que era o principal responsável pela preparação da parte agrícola. Era um projecto que, de algum modo, retomava o “caminho do progresso” que Lima Basto tinha preconizado em 1936. Aos eixos que então haviam sido previstos – a conjugação da Técnica, do Mercado e do Estado – juntava agora a sua convicção na família. Era também um projecto que propunha uma intervenção na estrutura agrária, que Castro Caldas, o seu principal Autor, viria a classificar como um “reformismo agrário mitigado” mas que, de qualquer modo, soçobrou na Câmara Corporativa, onde era então procurador e apenas lhe restou votar vencido. Viria ainda a participar nos trabalhos do Plano de Fomento Intercalar (1965/67) mas já não teria qualquer interferência no III Plano de Fomento e, em 1965, não seria renovada a sua integração como procurador na Câmara Corporativa.

Os anos 60 não foram, no entanto, uma década perdida para Castro Caldas. Publicou, em colaboração com outros colegas, dois importantes trabalhos (*Níveis de desenvolvimento agrícola no Continente Português e Regiões homogêneas no Continente português*), ambos com uma perspectiva territorial e que muito contribuíram para consolidar, para o Continente, uma visão regionalizada da agricultura e das dinâmicas e dos níveis de desenvolvimento. Foram dois livros importantes que evidenciaram com clareza, apoiados em informação fidedigna e devidamente argumentados, a diversidade e a diferenciação que se registava no território.

Foi também no final da década que se verificou o seu regresso ao primeiro plano da política agrícola. De facto, depois da morte de Salazar em 1968, com a subida de Marcello Caetano a primeiro-ministro, voltou para a

Câmara Corporativa e retomou também a concepção da política agrícola, ao ser nomeado Diretor do Gabinete de Planeamento da Secretaria de Estado da Agricultura, onde se iria ocupar da preparação de um novo plano de fomento e onde, uma vez mais, o seu ímpeto reformista não iria vingar. É um episódio que merece ser relatado.

Se bem que afastado da cena da política agrícola desde a rejeição das propostas contidas no Relatório Preparatório do II Plano de Fomento, até ao seu regresso, em 1969, Castro Caldas não deixara de comentar e avaliar o que ia sucedendo e, num artigo que veio a ser publicado também em 1969, afirmava que o Plano de Fomento Intercalar e, principalmente, o III Plano têm uma “filosofia de não intervenção, confiando na capacidade de adaptação estrutural da agricultura, desde que certo número de condições sejam criadas”. Convém notar que esta formulação, que de algum modo transferia do Estado para o mercado a adaptação das estruturas agrárias, coincidia com a grande transformação que estava a ocorrer nos campos do Sul do país onde, na sequência das mudanças desencadeadas sobretudo pelo grande êxodo agrícola e rural dos anos 60 ia emergindo um forte capitalismo agrário em detrimento do tradicional latifúndio⁵.

Foi neste contexto que Castro Caldas retornou aos comandos da política agrícola e coordenou a preparação dos Trabalhos preparatórios do IV Plano de Fomento – Relatório programa que foram publicados em 1973, em dois volumes. Também neste documento, dando sequência ao que antes se passara nos dois Planos anteriores, se abandonava uma perspectiva de intervenção na estrutura de propriedade, optando-se por outras medidas que, associadas às dinâmicas do mercado, fossem favorecendo o ajustamento estrutural das unidades agrícolas. Alguns anos depois, em 1978, já depois do 25 de Abril, reconhecia também que no IV Plano de Fomento, não havia “lugar para propostas reformistas e mesmo outras determinavam reserva caso se afastassem do que era usual como medida de acção indireta”. Deixa também claro que esta não teria sido a sua opção: “Assim, não somente aos olhos de agrários interessados no imobilismo, mas também segundo critérios de tecnocratas iluminados por modelos de uma economia de aparente modernidade, os que ainda esperavam defender a intervenção planeada na agricultura quase pediam vénia para lembrar realidades que tais tecnocratas julgavam entender e que os agrários pretendiam arredar”.

⁵ Cf. Fernando Oliveira Baptista, *Alentejo, a questão da terra*, Castro Verde, 2010.

Com a queda do Estado Novo, em Abril de 1974, o IV Plano de Fomento foi suspenso, Castro Caldas afastou-se das instituições que definiam a política agrícola e o seu ímpeto reformista, anunciado no artigo de 1957, ficou definitivamente encerrado. De seguida, registou o mundo que acabara de perder num livro com um título sugestivo: *A agricultura portuguesa no limiar da Reforma Agrária*. Foi publicado em 1978, com o esclarecimento de que não era um produto “do isolamento ou da abstracção, nem do egocentrismo desprendido da vida real, não participada”, pelo contrário era o fruto da “serena e forte sugestão que o mundo rural consente aos que lhe dão amor e entendimento”.

Depois de 1974, Castro Caldas manteve-se como professor no Instituto Superior de Agronomia e prosseguiu uma intensa atividade intelectual, participando em sessões públicas para que era convidado e escrevendo numerosos artigos. Veio mesmo a publicar dois livros importantes, com uma perspectiva histórica, dedicados, um à agricultura portuguesa e o outro às Terras de Valdevez. São livros, onde, por vezes, afloram esclarecedores apontamentos autobiográficos relacionados com o percurso profissional e político do seu Autor e em que, com grande liberdade recorreu, a par de sólida informação estatística e documental, ao que designa por “versões populares e lendas”. Sobre um destes livros, o que se intitula *A Agricultura na História de Portugal*, o Autor afirma mesmo que “O texto representará Antologia, Memória e Lenda, ficando longe da forma de Romance que se pretenderia elaborar”. São ainda trabalhos percorridos pela defesa da necessária convivência dos sinais e marcas que vêm do passado com as opções que forçosamente impõem os novos modos de vida e as transformações tecnológicas dos processos de produção. Nestes textos, como em muitos dos artigos que escreveu depois de 1978, pressente-se também a nostalgia da arcádia que na sua infância e juventude vivera no contacto com as terras das suas origens, em Arcos de Valdevez: “E o campo, desde então, segundo o que me lembro, / É todo o meu amor de todos estes anos! / Nós vamos para lá; somos provincianos, / Desde o calor de maio aos frios de novembro!”⁶. (Creio que ao Professor Castro Caldas agradariam estes versos de Cesário Verde, para concluir este texto).

⁶ Cf. Rui Lage (organizador), *Adeus, campos felizes*, Lisboa, 2025.

II. AUTOBIOGRAFIA POR MÃO ALHEIA

JOÃO DE CASTRO CALDAS

1914, o mundo em guerra

O dia 5 de Dezembro de 1914 era um Sábado e, às dezanove horas e quarenta minutos, no 2.º andar direito do n.º 52 da Rua Aquiles Monte Verde⁷, freguesia de Arroios, em Lisboa, nasceu Eugénio Queiroz de Castro Caldas, filho do médico militar Eugénio Pereira de Castro Caldas (1871-1945) e de Laura Teixeira de Queiroz (1876-1969). Foi o mais novo de três irmãos e dois irmãos.⁸

Na Europa germinava a semente da catástrofe. Na sequência do assassinato em Sarajevo do herdeiro do trono austríaco, a Áustria declarou guerra à Sérvia em Julho, dando início à *Grande Guerra* ou *Guerra das Guerras*, como também ficou conhecida. Centrado em território europeu, o conflito alastrou-se tornando-se global.⁹ Nas trincheiras viriam a ser dizimados milhões de *camponeses* feitos soldados. Como Eugénio viria a escrever 80 anos depois:

⁷ O prédio já não existe, em 1965, ainda habitado, desmoronou-se por si, quando o prédio ao lado foi demolido.

⁸ A mais velha, M.^a Eugénia de Castro Caldas, tinha mais doze anos do que o irmão Eugénio, ficou solteira a viver em casa dos pais assessorando na supervisão do funcionamento doméstico; seguia-se M.^a Antónia de Castro Caldas, dois anos mais nova que veio a casar com o escritor Tomás de Figueiredo; a terceira, também com menos dois anos do que a anterior, era M.^a Emília de Castro Caldas que casou com o eng.º militar Luís Veiga da Cunha, Subsecretário de Estado das Obras Públicas de 1947 a 1950, Professor Catedrático da Academia Militar e administrador da Companhia das Águas de Lisboa; o quarto, António de Castro Caldas, era quatro anos mais velho do que Eugénio, foi médico de grande nomeada e Professor Catedrático de Ginecologia e Obstetrícia da Faculdade de Medicina de Lisboa; finalmente Francisco de Castro Caldas com um ano de diferença do anterior, licenciado em Direito, foi Subsecretário de Estado do Comércio e Indústria de 1946 a 1947, banqueiro e administrador de empresas.

⁹ “A um de Agosto a Alemanha declara guerra à Rússia, a três declara guerra à França e invade a Bélgica, a quatro a Grã-Bretanha declara guerra à Alemanha e a cinco a Áustria-Hungria declara guerra à Rússia.” Cf. Telo, António, *Cronologia – 1914. Portugal e a Grande Guerra*, <http://www.portugalgrandeguerra.defesa.pt>, consultado em 24/10/2022.

“(…) bastou um assassinio na Bósnia, para que fossem mobilizados Camponeses europeus, condenados a morrerem sem saber porquê, nas trincheiras (…)”.¹⁰

Em 1918, no final do conflito, o mapa da Europa Central saíra redesenhado e a Europa e o Mundo radicalmente transformados.

Em Portugal, os assuntos respeitantes à agricultura, à pecuária e às florestas, a que o recém-nascido se viria a dedicar ao longo de toda a sua vida, estavam confiados a uma Direcção Geral do Ministério do Fomento. Apesar do Professor Joaquim Rasteiro (1866-1931)¹¹, Director Geral até 1913, se ter batido pela criação de um Ministério em que a agricultura tivesse o *lugar que lhe pertencia*, o dito Ministério só viria a ser criado em 1918. A presidir às reformas que Rasteiro empreendeu como Director Geral “esteve a ideia de procurar que se instalasse em bases sólidas a tarefa da investigação e, com este propósito, tentou a criação de estações agrárias, ‘das quais se fazia depender, praticamente toda a actividade’. Ao constatar que não vingavam as suas propostas, Joaquim Rasteiro pediu a exoneração do cargo em Março de 1913”¹².

Em Dezembro de 1914 era Ministro do Fomento João Maria de Almeida Lima (1859-1930) — militar e professor catedrático de Física Experimental da Escola Politécnica¹³. Como sucessor de Rasteiro no cargo de Director Geral estava João da Câmara Pestana (1871-1927) — agrónomo e senador, irmão do médico e cientista Luís da Câmara Pestana.¹⁴

¹⁰ Caldas, Eugénio de Castro, *A Agricultura na História de Portugal*, Empresa de Publicações Nacionais, Lisboa 1998, p. 578. “O pai, capitão médico Eugénio Pereira de Castro Caldas, testemunhou, que um soldado, na frente da Flandres, pensava que *esta guerra não é com Portugal é só com o C.E.P.*” (Corpo Expedicionário Português) Cf. “Os 263 dias de uma ambulância. o que nos disse o sr. dr. Castro Caldas, capitão-médico” in *Revista Atlântida*, Mensário Artístico, Literário e Social para Portugal e Brazil, ano III, vol. IX, n.ºs 33-34, Lisboa, 1919, pp. 883-888.

¹¹ Joaquim Rasteiro “passando rapidamente da cadeira de Geografia Económica à de Economia Rural e desta à de Arboricultura, na qual logo se fixou e veio depois a fazer-se mestre do Instituto Superior de Agronomia”. Cf. Gomes, Mário de Azevedo, “Estudo biográfico sobre o engenheiro-agrónomo Joaquim Pedro d’Assunção Rasteiro”, in *Anais do Instituto Superior de Agronomia*, 1933.

¹² Caldas, João Castro “Ministério da Agricultura”, in Rollo, Maria Fernanda (coord.), *Dicionário de História da I República e do Republicanismo*. Vol II Lisboa, Assembleia da República, 2014, pp. 876-879.

¹³ Pai do Prof. Pedro Manuel Almeida Lima, primeiro neurocirurgião português e colaborador de Egas Moniz na selecção da substância a utilizar na primeira angiografia cerebral.

¹⁴ Cf. Marques, A. H. Oliveira (coord.), *Parlamentares e Ministros da 1.ª República (1910-1926)*,

Nesse dito sábado, 5 de Dezembro, o jornal *A Capital* noticiava: *O que há da Crise* e transcrevia uma carta dirigida ao Presidente da República, Manuel de Arriaga, endereçada pelo Presidente do Ministério, Bernardino Machado, em que este dizia ter “a honra de depor nas suas [dele, Presidente da República] mãos o pedido de exoneração colectiva do Ministério que, em horas tão graves para a nossa Republica, pôde servir-a, graças sobretudo à benévola confiança de V. Ex.^a, a que somos deveras gratos”, e despedia-se, terminando com a fórmula *Saúde e Fraternidade*. Seguir-se-iam quarenta e quatro dias de um ministério chefiado por Azevedo Coutinho e depois cerca de cem dias da ditadura de Pimenta de Castro e mais trinta e sete gabinetes e, a partir de 1918, trinta e um ministros da agricultura, até 28 de Maio de 1926.¹⁵

A sete de Agosto, o Congresso — que reunia a Câmara dos Deputados e o Senado — tinha concedido ao Governo autorização para a intervenção militar de Portugal na guerra, e a onze de Setembro tinham partido de Lisboa duas expedições, uma para Angola, comandada por Alves Roçadas e outra para Moçambique, comandada por Massano de Amorim. A vinte e três de Novembro o mesmo Congresso autorizara a criação formal de uma Divisão Auxiliar Portuguesa destinada a partir para França. A referida Divisão não saiu do papel¹⁶ até nove de Março de 1917, com a declaração de guerra a Portugal por parte da Alemanha, em consequência da apreensão, a pedido do governo britânico, dos navios alemães e austríacos que estavam em portos portugueses.¹⁷

Eugénio Pereira de Castro Caldas foi mobilizado para a Flandres com o posto de capitão médico. Partiu a dez de Fevereiro de 1917 e esteve *263 dias certos* — dezanove de Junho a nove de Março — na ambulância n.º 3 na linha — — — — — Assembleia da República, Ed. Afrontamento, Lisboa, 2000.

¹⁵ “Dos Ministérios da Agricultura da 1ª República ficaram estruturas territorialmente implantadas, ficou o seu corpo técnico, administrativo e auxiliar, mas faltou, de facto, ‘continuidade na obra governativa’ de ministros que, pelo pouco tempo em que se ocuparam com as suas pastas, pouco mais puderam fazer, para além da gestão corrente de soluções para os problemas conjunturais”. Cf. Caldas, João Castro, *ob.cit.*

¹⁶ Telo, António, *ob. cit.* na nota 09.

¹⁷ Alice Samara sublinha que “a entrada na Guerra não foi uma opção inevitável e que, internamente, a divisão do campo político fazia-se entre guerristas e antigueristas e acrescenta que as expedições militares no teatro africano, iniciadas após o conflito em 1914, foram as menos problemáticas, não se questionando as razões do envio de tropas para as colónias nem motivando a declaração de guerra por parte da Alemanha, que só teve lugar aquando do apresamento dos barcos alemães”. Cf. Samara, Alice, “Guerristas e antigueristas” in *Dicionário da História da I República e do Republicanismo*, vol. II, Assembleia da República, Lisboa 2014, p. 228.

da frente do combate em Vieille-Chapelle.¹⁸ Com dois anos e dois meses de idade, o filho reteve desta partida as lágrimas de sua mãe.

“(…) Somos daqueles que tiveram o Pai na Guerra, e não podemos esquecer as lágrimas da Mãe especialmente quando chegou notícia da Batalha de La Liz (…).”¹⁹

O capitão médico regressou à pátria ileso e condecorado com a *medalha de prata de serviço exemplar*. Foi *abatido ao efectivo* do Corpo Expedicionário Português a 3 de Agosto de 1918.²⁰

Sobre este período Eugénio anota no seu último trabalho publicado: “(…) Compreende-se que a I Grande Guerra, que surpreendeu o Regime logo em 1914, tenha determinado medidas que assumem o aspecto de Mobilização Agrícola, destinada a colmatar as brechas do edifício em que se apoiava a produção de subsistências. As carências de produtos alimentares essenciais eram notórias e determinavam frequentes distúrbios nas cidades, onde a população desesperada assaltava mercearias saqueando as escassas reservas que nos seus armazéns eventualmente se encontravam (…).”²¹

Acrescentando noutra passagem:

“(…) Apesar de tudo recordamo-nos de ter assistido a assaltos a Mercearias do nosso Bairro. Tais assaltos não faziam terror porque as sacas de batatas eram abertas na rua e divididas irmamente, indo cada um com sua alcofa cheia para casa (…).”²²

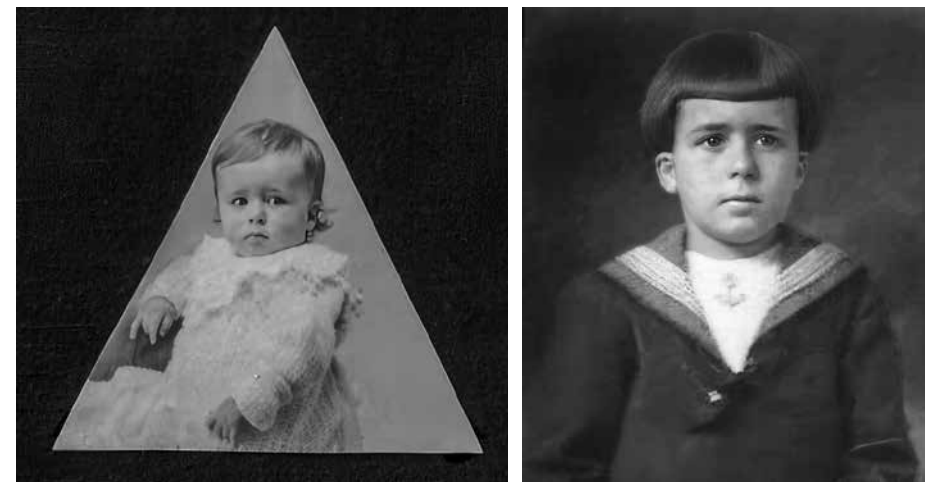
¹⁸ Os 263 dias de uma ambulância... ob. cit.

¹⁹ Caldas, Eugénio de Castro, *A Agricultura na História...ob. cit.* p. 578. Vieille Chapelle era junto do local onde se deu a batalha de La Lys (29.4.1918) mas “no dia 22 de Março depois de um trabalho insano, a ambulância 3 começou de novo a receber doentes no seu novo estacionamento em Tombe Vèlot”. Isto é, a ambulância mudou de local um mês antes da batalha. Cf. *Os 263 dias de uma ambulância... ob. cit.*

²⁰ Veio a ser Director do Hospital Militar Principal em Lisboa. Foi sócio fundador e Presidente da Direcção da “Associação dos Médicos Portugueses”, precursora da Ordem dos Médicos, cujos fins eram nomeadamente “estudar os meios de melhorar os recursos moraes, scientificos e económicos da classe, zelar pelo prestígio e dignidade da profissão, e coibir o exercício ilegal da medicina”. Foi também director da Companhia das Águas de Lisboa.

²¹ Caldas, Eugénio de Castro, *A Agricultura na História de Portugal, ob. cit.*, p. 435.

²² *Ibidem*, p. 579.



O mais novo de três irmãs e dois irmãos.

Infância.

A infância

Eugénio era neto paterno de António Pereira de Castro Caldas (1841-1901), último morgado da Casa da Andorinha em Arcos de Valdevez, e de Emília Inocência da Cunha (1843-1895), e era neto materno do médico, escritor e político republicano, Francisco Teixeira de Queiroz (1849-1919)²³, natural também de Arcos de Valdevez, e de Teresa de Oliveira David (1851-1935). Não conheceu os avós paternos, mas, nas férias, que a família passava sempre nos Arcos, na Casa de Cortinhas, propriedade do avô materno, ou em casa alugada²⁴, privou desde criança com os irmãos do pai²⁵. A família não se

²³ Como escritor usou o pseudónimo de Bento Moreno, publicou vários livros e celebrou-se por duas séries sobre a sociedade do seu tempo, a *Comédia do Campo* e a *Comédia Burguesa*. Como político foi membro do Partido Republicano Português, sendo vereador da Câmara de Lisboa, deputado na legislatura de 1893 e na Assembleia Constituinte de 1911. Em 1915 foi Ministro dos Negócios Estrangeiros. Foi também director da Companhia das Lezírias, da Companhia das Águas e da Companhia dos Caminhos de Ferro.

²⁴ Nesta fase da vida do pequeno Eugénio, a família alugava, no verão, a Casa da Carreira, mais tarde, nos anos trinta passaram a alugar a Casa de Casares, propriedade de Tomás de Figueiredo.

²⁵ O último morgado da Andorinha teve nove filhos: António de Castro Pereira Caldas (1869-1907), advogado e poeta; Aurélia Pereira de Castro Caldas (1870-1924); Eugénio Pereira de Castro Caldas (1871-1945), como se disse, médico militar; Augusto Pereira de Castro Caldas (1872-1931), escrivão de Direito em Arcos de Valdevez; José Pereira de Castro Caldas (1874-1938), inspector dos serviços externos da Câmara Municipal de Arcos de Valdevez; Emílio

instalava na Casa da Andorinha, para que não fosse perturbado o equilíbrio doméstico da comunidade de filhos solteiros do último morgado. Mais tarde, adolescente e jovem adulto, Eugénio seria visita e hóspede frequente dos tios que muito o estimavam.

Da sua infância nas férias dos Arcos guardou a memória da iniciação na prática venatória...

“(...) Éramos muito pequenos para caçadas. Tínhamos à volta de 10 anos e emprestaram-nos uma espingarda, nos Arcos, que não sabemos bem se teria sido fabricada para crianças. Tinha uns cartuchos fininhos, mas atirava uma escumilha de chumbos assassinos.

Mal lhe pegámos, foi um encanto. Partimos com ela para o campo à procura de bichos vivos para matar. Cautelosamente acabámos por lobrigar um passarinho saltitando sobre as maçarocas de milho que estavam na eira, a secar. Aproveitámos a lomba do terreno, como se fosse trincheira da Guerra de 1914-1918, que terminara, ou estava à espera de outra, como viemos a ver, e avançámos alguns passos. O passarinho agitava a cauda e manobrava o bico, segundo as faculdades da Natureza. Já perto, visámo-lo sem qualquer maldade, segundo cremos, e disparámos o tiro. Caiu por terra a avezinha a estrebuchar. Perante o sucesso aproximámo-nos, agarrando numa das patinhas já amolecida, sem nervo, e vimos no bico a gota de sangue da hemorragia mortal. Os olhos estavam embaciados, sem ver a luz do Sol, fonte da vida. Reconhecemos agora que estas imagens permaneceram gravadas na memória, mas julgamos ter ficado, de certo modo, indiferente ao drama e contente, talvez glorioso, pelo feito ambicionado. Fomos depois, a correr, mostrar aos grandes o passarinho morto, como se fosse troféu de valorosa caçada.

Deixa ver, isso é uma levandisca, coitadinha. Só come os bichos que estragam a agricultura. Foi o que nos disse um dos tios e ficámos de orelha murcha. E fomos com ela, às escondidas, dá-la ao gato. Mas o bichano, de barriga cheia, cheirou, cheirou e, com um olhar de vidro, foi-se embora.

Voltámos ao tio. Dissemos:

E agora?...

— Mata pardais. São uns ladrões... ou tordos, se puderes, bem bons, numa arrozada.

Pereira de Castro Caldas (1877-1905), morreu no Brasil no Estado de Pará; Mário Pereira de Castro Caldas (1879-1961), proprietário; Adriano Pereira de Castro Caldas (1871-1967), proprietário; Jaime Pereira de Castro Caldas (1886-1947), agrónomo auto-didacta. Eugénio foi o único que casou e constituiu família.

E foi assim que tiveram início, nos Arcos, as nossas caçadas (...).²⁶

... dos companheiros de *mão cheia*...

“Tivemos nos Arcos companheiros de mão-cheia, com os quais andávamos pelos campos e pelas matas. Nesses passeios aconteciam revelações sensacionais, para o nosso estreito conhecimento urbano. Um dia, nas férias da Páscoa, em pleno esplendor da Primavera, ouvimos nas sombras do arvoredor: — Cu, cu... cu, cu... cu, cu...

— É o cuco. Não sabia? Vem de fora, e se calhar nem sabe o que ele diz à cuca (cu, cu... cu, cu... cu, cu...) que ponha os ovos nos ninhos dos outros pássaros, para ficarem os dois na vida airada, sem quererem saber dos filhos nem nada. (...).²⁷

“Tone Bicha era um rapaz, muitíssimo magro, do nosso tempo, que não chegou a procurar emprego ou profissão, frequentando eventualmente a Escola, enquanto andava *aos pássaros* com *figas* e a rapinar nas Quintas a fruta, sempre da melhor. Um dia chegou o Tio do Brasil, com anéis nos dedos, e resolveu para o Tone Bicha o seu destino. Em manhã quente das férias grandes demos ao Tone Bicha o nosso comovido abraço e vimo-lo subir para a camioneta que arrancou depois levantando o pó do macadame. Recordámos sempre o aceno da sua mão nervosa e, em terra, as lágrimas da Mãe. Ficámos longamente, ao lado dela, na estrada, com os pés amarrados ao chão. Mais ninguém se despediu, que o Tone Bicha não teve Pai, nem Irmãos, porque a Mãe ficou fiel a quem a enganou de uma só vez. Nunca mais vimos o Tone Bicha, nunca mais...(...).²⁸

...e das sementes a germinar

“Eu era então loiro e gordo e tinha talvez oito anos...

Estava em Arcos de Valdevez a passar o Verão; findava, luminoso e quente, o mês de Agosto.

Não sei como nem porquê (quando se é uma criança assim sucede) resolvi construir a um canto do quintal da casa onde veraneávamos, uma quinta. Uma quinta pequenina, onde *supostos* caseiros levassem uma vida idêntica à

²⁶ Caldas, Eugénio de Castro, *Terra de Valdevez e Montaria do Soajo*, Verbo, Lisboa, 1994, p. 229.

²⁷ *Ibidem*, p. 233.

²⁸ Caldas, Eugénio de Castro, *A Agricultura na História...*, ob. cit. p. 435.

do Sr. António, regando o milho, ralhando aos filhos, gritando com o cão e as vacas e comendo o caldo à porta da casa, depois de um dia de labuta.

Rapidamente esbocei um plano e sorri ao delinear na mente a sua minúscula grandeza. Comecei a acarretar pedras para o canto do quintal sujando o fato e as mãos e construí uma casa de pedra solta, de um palmo de altura e telhado de palha. À volta da quinta ergui um muro e no portal uma tabuleta fazia notar a presença duma *ratoeira a fogo*.

E os bois? E o carro?

Decerto meti o dedo no nariz, enquanto buscava solução para o bocado caso. Mas ainda há almas que sabem ser generosas e grandes, pois daí a dias, alvo-roçado e contente, recebia nas mãos trementes de alegria um carro atrelado a dois bois de barro. E perante o olhar cobiçoso do Nelinho do tio António, numa apoteose gloriosa entraram na quinta, não sem derrubarem duas ou três pedras do portal.

Restava agora obter as sementes para lançar à terra.

Uma mão cheia de milho foi subtraída à ração das galinhas, num dia em que obtive da benevolência materna a concessão que me autorizou a proceder ao racionamento dos galináceos. Um punhado de feijões e quatro batatas, foi o lote que a Glória cozinheira me cedeu, talvez para se livrar da minha perigosa presença na cozinha.

Lancei tudo à terra em talhões separados e afogava constantemente as sementeira em farto caudal, na esperança de as ver nascer depressa.

Todas as manhãs, mal nascia o Sol, o meu olhar agudo perscrutava a superfície dos campos da minha quinta, ansiando por ver aparecer as pontinhas verdes dos pés de milho, de feijão ou a rama do batatal. Quantas tardes passadas, escondido de fisga em punho animado de instintos assassinos contra os pardais, que famintos procuravam os bagos de milho da minha sementeira. Quantos almoços devorados à pressa, só para ir guardar a quinta contra os vorazes, e alados salteadores. Armei-lhes ratoeiras a que eles se furtavam sabiamente, atirei-lhes pedras, apelidei-os de cruéis e maus, mas tudo em vão... Até o *Pastor*! O dócil e meigo cão de guarda se tornou inimigo da minha quinta e conseqüentemente meu inimigo. Já uma vez me pisara o muro da quinta preparando-se muito conscientemente para violar a propriedade alheia, o que não conseguiu devido à minha tão oportuna quão violenta intervenção. Noutra altura, quando eu tratava das culturas veio a correr e ao festejar-me, alegremente, caiu, com certo ar trocista e a dar ao rabo, para cima do campo onde eu semeara o milho!

Exaltei-me e castiguei-o com rigor — pobre animal! — chamei-lhe cínico e durante esse dia não lhe falei.

O *Pastor*, aquele sonso, andava animado de instintos criminosos contra a minha obra.

Quem duvidava?...

Até que um dia, na minha visita matutina às plantações, vi o milho a aflorar à superfície da terra. Soltei um grito de alegria e corri veloz a dar a boa nova ao Nelinho e ao Tio António.

Já nascera o milho que eu semeara!...Louvado seja Deus...!

.....

Porém, uma manhã de Sol brilhante, quando descia alegre e despreocupado as escadas da nossa casa para ver uma vez mais os jovens pés de milho, deparei com um espectáculo tenebroso: ... Sob o peso esmagador duma pilha de lenha, jazia sepultada a minha quinta...!

Passou-me pela alma um tufão de desespero e de revolta. Senti uma dor talvez maior do que aquela que aflige o coração do lavrador que contempla as suas vinhas devastadas pela *filoxera* ou pelo *mildium*, os seus milheirais arrasados por forte saraivada e o seu batatal roído por doença daninha...

Reprimi as lágrimas, sentindo no cérebro um turbilhão de ideias confusas. E qual fera ferida por zagaia cobarde, que busca o seu agressor para saciar o desejo imperioso de vingança, procurei o Caseiro, arrastando a minha dor pela eira, pelo pomar, pelos milheirais e limpando de quando em quando uma lágrima rebelde. De repente parei; vi-o encostado a enxada olhando os campos de milho que o Sol alourava. Estava ali, alheio a qualquer remorso o carrasco da minha quinta; ele destruíra a minha obra, aniquilara dum só gesto o meu infantil capricho.

Mas não... dois soluços vieram, de vez, abafar a minha revolta... não lhe diria nada!

Fixei melhor o seu perfil: a face leal e calma de aldeão minhoto, a postura extática de trabalhador em repouso...e já se desvanecera em mim o primeiro impulso de vindicta, os meus olhos ainda injustos apenas descobriam nele uns leves indícios de cinismo. Ele não sabia, coitado, o que era a sensibilidade duma criança, nunca manifestara a seus filhos o mais ligeiro afecto, apesar de os estimar do fundo da alma. Mostrava-se sempre ríspido e contrariava tudo por sistema. Para todas as crianças era o mesmo homem, insensível e duro. Não fizera aquilo por mal...

Retirei-me choroso e já um pouco arrependido, indo buscar, no regaço materno, a consolação e conforto das minhas mágoas ...

Sofri em silêncio a minha dor e no dia seguinte, depois de ter tirado debaixo da pilha de lenha criminosa os bois e o carro, busquei, em companhia do fiel *Pastor*, um lugar mais recondito e abrigado onde construísse outra quinta com casa caiada e campos verdejantes.”²⁹

Eugénio iniciou-se nos primeiros estudos com mestras que se deslocavam a casa. Não frequentando a escola, o centro da sua sociabilidade em Lisboa era, sobretudo, a casa dos avós maternos, com os cinco irmãos e dezasete primos direitos, dos quais ele era o mais novo.³⁰ Era um rés-do-chão do n.º18 da Avenida Fontes Pereira de Melo que Eugénio viria a recordar:

“(…) Os nossos Avós mudaram para o rés-do-chão alugado na Avenida Fontes Pereira de Melo que passou a ser o maravilhoso recreio dos Netos. A casa tinha um jardim com uma palmeira enorme e, o melhor de tudo, era a Luzia, a mais deliciosa das analfabetas que cultivava a arte de manter no encanto, sentados no chão, um bando de crianças, suspensas das histórias – fantasmagorias ou lendas – herdadas da mais rica e forte tradição oral do ruralismo beirão.

Tinha também a Joaquina que, na cozinha, se defendia das invasões em massa, figurando de fera, para depois, um por um ou aos pares, nos regalar com doçarias e petiscos. Lá se encontrava, também, o Augusto, marido da Joaquina, que ensinava coisas inimagináveis, feitas com maravilhosas ferramentas e surpreendentes materiais.

²⁹ Texto dactilografado, sem data, mas que deverá ter sido escrito por volta de 1934, quando já era estudante de Agronomia.

³⁰ Francisco Teixeira de Queiroz e Teresa David tiveram cinco filhas e um filho: Cecília Teixeira de Queiroz (1874-1951) casou com Carlos Pereira (1879-1941), comerciante e armazenista de vinhos, banqueiro (Banco Comercial de Lisboa) e administrador da Companhia das Águas de Lisboa, deputado pelo Partido Regenerador em 1906/7; Laura Teixeira de Queiroz (1876-1969) casou, como se disse, com Eugénio Pereira de Castro Caldas (1871-1945); Maria Teresa Teixeira de Queiroz (1877-1951) casou com Jaime Salazar de Sousa (1871-1940), médico professor catedrático de Pediatria Cirúrgica e Ortopedia da Escola Médico-Cirúrgica de Lisboa; Raquel Teixeira de Queiroz (1880-1973) casou com João de Barros (1881-1960), licenciado em Direito, professor em liceus de Coimbra, Porto e Lisboa, poeta e político, foi ministro dos Negócios Estrangeiros (1925); Antónia Teixeira de Queiroz (1878-1954) casou com José Carlos de Barros (1874-1940), irmão de João de Barros, era licenciado em Matemática e engenharia Eletrotécnica, dedicou-se ao ensino e foi grande defensor do *ensino popular*; o filho Paulo Teixeira de Queiroz (1881-1960), licenciado em Direito foi Conservador do Registo Predial de Arcos de Valdevez, onde passou a viver.

O Escritório do Avô ocupava um canto voltado para o Parque Eduardo VII onde eram encenadas as revoluções. Numa delas entrou pela janela uma bala perdida que veio perfurar a tela onde figura um Burro que, a nosso ver e, com certeza, no do escritor, representava Portugal a suportar a carga que muita gente pensava ser-lhe devida.(…)

E foi dessas janelas que se viram as carruagens com toureiros, e cavaleiros a passarem, ao domingo, para o Campo Pequeno, regressando triunfantes depois das ovações na Praça. Também desfilavam estúrdias no Entrudo e o Povo, delirante, aclamava as paradas do Sidónio (...).³¹

³¹ Caldas, Eugénio de Castro, “Breve história de Francisco e Teresa, nossos avós”, *Terra de Val do Vez. Boletim Cultural*, n.º12, GEPA, Arcos de Valdevez, 1989, pp. 35-44.

O Liceu Camões

Estava Eugénio para completar doze anos de idade quando entrou para o Liceu Camões. Fundado em 1902, por Carta de Lei de 24 de Maio, com o nome de Liceu Nacional de Lisboa, era o segundo liceu de Lisboa.³²



Liceu Camões

³² “O recém-criado liceu viu-se imediatamente confrontado com dificuldades: uma das mais prementes, a sua instalação física –; foi escolhido um local: o Palácio da Regaleira, no Largo de São Domingos. Estava longe de ser o local ideal, já que as salas eram muito pequenas e mal mobiladas, não existia um laboratório de Física, Química ou Zoologia, nem um recreio onde os alunos pudessem passar os intervalos –; as brincadeiras decorriam nas proximidades do edifício ou no próprio Largo de São Domingos. Como se não bastasse, o liceu partilhava o rés-do-chão com uma leitaria e uma loja de mobílias./Dois anos mais tarde, aquando da divisão de Lisboa em três zonas escolares, o Liceu Nacional torna-se o Liceu Central da 1.ª Zona Escolar, ganhando assim mais autonomia. As dificuldades, contudo, foram aumentando à medida que a população escolar aumentava –; o Liceu servia agora 15 freguesias./Em grande parte devido à procura de um espaço adequado para a prática de educação física – obrigatória desde 1905 – Rui Teles Palhinha, o primeiro reitor do Liceu Central da 1ª Zona, tentou encontrar um edifício que reunisse as condições necessárias, que incluíam amplos espaços e condições de higiene./Como hipóteses surgiram o Teatro D. Maria II e o Real Ginásio Clube, mas acabou por ser conseguido o Centro Nacional de Esgrima. No entanto, uma coisa ficou clara: a necessidade de um espaço e edifício próprio, construído de raiz. Com esse objetivo, Rui Teles Palhinha faz uma exposição ao ministro dos Negócios do Reino, onde pede a “construção dum edifício em local próprio, construção que obedeça aos princípios da mais estrita economia, tendo em vista que uma escola precisa de ar e de luz, que são de graça, e prescinde de cantarias lavradas e de madeiras ricas”./A construção do novo espaço é aprovada (...) No início de 1908 iniciam-se as obras, que vêm a acabar (surpreendentemente depressa) 21 meses depois, nos finais de 1909. Entretanto, a 9 de Setembro de 1908, a designação muda oficialmente para Lyceu de Camões e a inauguração ocorre a 16 de Outubro de 1909. O Liceu foi construído no Largo do Matadouro Municipal, sob fortes críticas, por ser de difícil acesso e distante para os alunos. Embora fosse uma zona de expansão, três anos depois da abertura, o local continuava ermo e inóspito, existindo nas proximidades somente o Matadouro e a Escola de Medicina Veterinária.

Projetado inicialmente [por Ventura Terra] para acolher 600 alunos, no ano letivo de 1909-10, o Liceu dispunha de trinta professores que lecionavam a um total de 19 turmas./Desde o início houve preocupação com o desenvolvimento físico e intelectual e com a higiene dos alunos, o que se traduziu em lavabos distribuídos por todo o edifício, duches ao pé do ginásio, o projeto de uma piscina de natação, a separação dos espaços especializados, a notória separação da via pública, o agrupamento dos alunos em pátios diferentes e a habitação independente do reitor. A construção em tridente resolvia o problema da iluminação e arejamento da escola, ao mesmo tempo que proporcionava um ambiente educativo que promovia a permanência dos alunos dentro do edifício. Outro aspeto do esquema compositivo em tridente e da disposição das salas é o facto de o Liceu praticamente não possuir corredores fechados –; as salas dão diretamente para o pátio ou para galerias abertas. Ouviram-se, na altura, alguns comentários dizendo que o liceu era um grande ginásio com algumas salas de aula à volta dele”. Cf. *História das Escolas inseridas no Projeto Bibliotecas, Arquivos e Museus da Educação (2008 – 2011)*, Secretaria Geral de Educação e Ciência, Lisboa 2020, pp. 81-87.



Estagiário para agrónomo

Estágio para agrónomo. *O Inquérito à Habitação Rural*

A sete de Outubro de 1939, Eugénio escreve a Maria Luzitana⁷⁵, com quem projectava vir a casar, anunciando:

“É hoje o dia mais alegre da minha vida. Estão finalmente concluídos, e Deus quis que fosse da melhor forma, os meus exames deste ano de 1939.”

A aprovação em todas as disciplinas não conferia direito a qualquer grau académico ou título profissional. Estava em vigor a regra de apresentação de dois relatórios, o relatório de tirocínio, ou das actividades desenvolvidas, e o relatório final, mais ou menos ligados à realização de um estágio final do curso, de duração variável, de seis a 12 meses. O Relatório Final era um trabalho original (verdadeira tese, comparável em termos de exigência às actuais teses de mestrado) a ser defendido perante um júri em *acto grande*. A classificação final do curso resultava da média obtida em todas as disciplinas somada com a classificação do relatório final, com o peso quatro, e a atribuída ao relatório de tirocínio. Ao Conselho Escolar competia, a partir desta informação, fixar a classificação final a figurar no diploma.⁷⁶

Para o estágio, Eugénio procurou a orientação de Lima Basto, “(...) Frequentámos no Instituto Superior de Agronomia um dos últimos Cursos que pôde contar com a presença do Professor Eduardo Alberto Lima Basto. Sob sua orientação estagiámos no «Gabinete de Economia Rural», instituição que apenas tinha o nome que lhe dávamos, sem existência legal ou apoio específico de orçamento. O «Gabinete» era um cubículo que, de bom, tinha o edifício onde se encontrava, a janela aberta sobre a Tapada e a qualidade das pessoas que o frequentavam (...)”.⁷⁷

⁷⁵ Trata-se de Maria Luzitana Mascarenhas de Lemos (1919-2019), filha do Juiz Júlio Mascarenhas Viana de Lemos e de Maria Luísa Bacelar Mascarenhas de Matos. Viriam a casar-se três anos mais tarde a 14.12.1942. Excluídas as considerações do foro íntimo, os relatos nas cartas que Eugénio foi escrevendo permitem seguir o seu percurso no correr dos três anos de entrada na vida de agrónomo. Esta fonte fica com a referência de *Cartas*.

⁷⁶ Cf. Alves, António Monteiro, Estácio, Fernando Luís, Moreira, Ilídio, Sousa, Edgar de, *O Instituto Superior de Agronomia na segunda metade do século XX*, Lisboa ISAPress, 2007.

⁷⁷ Caldas, Eugénio de Castro, “O Instituto de Economia Agrária”, *ob. cit.*, p. 45.

III. ANTOLOGIA

EUGÉNIO DE CASTRO CALDAS

TEXTO 1

As Serras do Alto Minho

em Basto, E. A. Lima, Barros, Henrique, *Inquérito à Habitação Rural*, Vol. I
A Habitação Rural nas províncias do Norte de Portugal, Lisboa, Universidade
Técnica de Lisboa, 1943, pp.73-76

A serra, pano de fundo das mais belas paisagens minhotas, é campo aberto a todos os rigores do clima; encostas batidas pela chuva e pelo vento, altas penedias que, de inverno, a neve cobre; terra-mãe de rios, ribeiros e regatos, terra de frio. Não é lugar para vida cómoda, mas alguns insistem na tarefa sadia de fazer frente aos elementos, construindo casa ou cabana, cultivando nesgas de terra encravadas entre as rochas, pastoreando vacas e bois ananizados ou rebanhos de ovelhas churras e cabras frugais e alpinistas.

Isolados em pequenos “lugares” longínquos, servidos apenas por caminhos de pé-posto ou calçadas lajeadas, de inspiração romana, os serranos quási se bastam a si próprios, vivendo em sociedade organizada segundo a lei dos seus costumes. Em obediência à tradição que os novos aprendem na palavra dos velhos, vivem um dia-a-dia recuado umas dezenas de anos, insensíveis ao que, de bom e de mau, o mundo cria.

A pastorícia constitui a actividade dominante, a ela se associando uma agricultura rudimentar, escrava das condições hostis de solo e de clima. Esta é a regra, mas sucede que, mercê de porfiada luta, nalguns pontos, o montanhês conseguiu elevar o nível da fertilidade das terras e aumentar a área cultivada, dando assim à agricultura uma importância económica que a aproxima em valor da pastorícia, ou mesmo a sobreleva ligeiramente.

De qualquer forma, é factor sempre dominante a pobreza da economia regional. Por tal razão os meios de comunicação não se aperfeiçoam, a apropriação do solo desenvolve-se lentamente; os baldios (muitos deles cultiváveis) são vastíssimos, as iniciativas agrícolas são tentadas apenas com meios de acção incipientes e morosamente conduzidas e só as explorações pastoris seduzem quem a muito se não pode abalançar.